

□ **DÍVIDA EXTERNA**

# Previsto fracasso na negociação com o FMI

**Governo acha difícil acordo com missão e admite dificuldades para o próprio Fundo**

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — Na avaliação de um ministro de Estado, o acordo com o fundo Monetário Internacional (FMI) está muito difícil. Ele chegou a essa conclusão considerando as conversas da missão do fundo, que está no Brasil há uma semana, com autoridades do governo. Paradoxalmente, o fio de esperança que resta aos negociadores brasileiros repousa na dificuldade política que o Fundo enfrentará se não firmar um acordo com o Brasil: estaria assinando uma sentença de morte provocada por uma crise cambial a partir de setembro. "A situação do FMI não é nada confortável", comentou o ministro.

O fracasso nas negociações com o Fundo, que para uma parcela da equipe econômica já é mais do que certo, levará o País a atrasar os pagamentos da dívida externa, o que, aliás, está previsto no estatuto do FMI, que admite atrasos para o País proteger suas reservas. Na manhã de segunda-feira, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, mesmo empenhando na tarefa de apagar o incêndio nas bolsas de valores, causado pelos cheques sem fundos de Naji Nahas, abriu uma hora de sua agenda para conversar com o chefe da missão do FMI, Thomas Reichman.

Reichman queria obter, do ministro da Fazenda uma visão

macroeconômica dos problemas do País. Com franqueza, Mailson expôs um quadro de dificuldades em que ficou clara a impossibilidade de um programa capaz de reduzir as taxas de inflação nos próximos meses. E não se tem notícia de que o fundo tenha firmado acordo com um país que pelo menos no papel apresenta plano viável de redução da inflação. O governo, ciente dos problemas cambiais que tem pela frente, já decidiu que as reservas não serão queimadas até o limite de US\$ 4,3 bilhões, como ocorreu por ocasião da moratória de 1987.

A estratégia para enfrentar a turbulência cambial que virá com eventual fracasso nas negociações já está

toda montada pelo ministro Mailson da Nóbrega, que acompanha diariamente, de manhã e à tarde, a flutuação das reservas. Sem o acordo, o Brasil deixará de receber US\$ 4,3 bilhões até o final do ano, entre recursos do próprio FMI, do Banco Mundial, do BID, de bancos privados e do Fundo Nakasone.

No final de 1987, o FMI chegou a recomendar aos bancos credores a liberação de uma parcela de US\$ 450 milhões mesmo sem acordo com o Fundo, sob o argumento de que as negociações em andamento apontavam para um acerto. Agora essa hipótese não está sendo considerada, porque a situação é inversa: se não se chegar a um acordo agora, novas negociações só serão possíveis com o futuro presidente da República.

**Mailson  
acompanha  
diariamente  
a flutuação  
das reservas**

## DESVALORIZAÇÃO

Para enfrentar a crise cambial que se avizinha, caso não haja o acordo, o governo não vai apenas atrasar os pagamentos. Entre outras providências vai criar estímulos para que as empresas multinacionais instaladas no País retardem a remessa de lucros e dividendos. Até maio, as remessas totalizaram US\$ 1,6 bilhão de um total previsto para este ano em US\$ 1,7 bilhão. Com a remuneração de depósitos em moeda estrangeira no Banco Central, o governo acha que as remessas serão suspensas em grande parte voluntariamente.

Na reunião que manteve na segunda-feira com Thomas Reichman, o ministro da Fazenda reafirmou sua disposição de iniciar brevemente as minidesvalorizações diárias do cruzado, assumindo o peso que isso terá sobre o índice de inflação. Mailson ficou apreensivo com a queda das reservas no final de março, mas os últimos dados mostram que elas se estabilizaram. Com a volta das minidesvalorizações diárias, ele acha que não há risco de estrangulamento na balança comercial.

Na conversa com Reichman, a partir da qual a missão do FMI começa a discutir com os órgãos técnicos os dados sobre a economia brasileira, apenas uma informação positiva, do ponto de vista do Fundo: o governo voltará com a indexação dos impostos e vai apertar a fiscalização para tentar arrecadar pelo menos uma parcela dos 6% do PIB que estão escapando do Leão, seja pela sonegação aberta, seja por falhas na legislação.